

## POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO EM NANCY FRASER: QUESTÕES DE JUSTIÇA OU BOA VIDA?

*Politics of Recognition on Nancy Fraser: Questions of justice or good life?*

Nélio Lustosa Santos Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** O reconhecimento é uma das principais categorias da Teoria Crítica contemporânea. Nos movimentos sociais atuais, a centralidade da redistribuição material, nos moldes do socialismo, foi trocada pela luta por reconhecimento. Com essa transição, a cultura e a economia política foram colocadas em polos dissociados. Nancy Fraser, diante desse cenário, propõe conciliar as políticas de reconhecimento e redistribuição em uma ampla teoria de justiça. No entanto, a articulação de ambas se torna complexa diante de suas vinculações no âmbito da filosofia moral. De um lado, a redistribuição está alinhada à moralidade kantiana, enquanto o reconhecimento parece pertencer ao âmbito da ética hegeliana. Nesse horizonte, o presente trabalho tenciona discutir a proposta de Fraser na questão do reconhecimento enquanto reivindicação de justiça, apresentando o percurso teórico adotado pela autora nessa defesa.

**Palavras-chave:** Modelo de *status*. Paridade participativa. Políticas de identidade. Políticas de reconhecimento.

**Abstract:** Recognition is one of the main categories of contemporary Critical Theory. In today's social movements, the centrality of material redistribution, along the lines of socialism, has been replaced by the struggle for recognition. In this transition, culture and political economy were placed in dissociated poles. Given this context, Nancy Fraser proposes to reconcile recognition and redistribution politics in a broad theory of justice. However, the articulation of both becomes complex in view of their connections within the framework of moral philosophy. On the one hand, redistribution is aligned with Kantian morality, while recognition seems to belong to the realm of Hegelian ethics. In this context, the present work intends to discuss Fraser's proposal on the question of recognition as a claim for justice, presenting the theoretical course adopted by Nancy Fraser in this defense.

**Keywords:** Model of status. Participatory parity. Politics of Identity. Politics of Recognition.

### Introdução

Nas discussões acerca de justiça, o problema da redistribuição foi encarado, por um longo tempo, como um dos aspectos centrais na tentativa de

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: juniorvilks@gmail.com.

constituir um paradigma normativo que solucione as desigualdades sociais. Por outro lado, em *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age* (1995), a filósofa estadunidense Nancy Fraser afirma que a luta por reconhecimento constitui atualmente o grande paradigma de conflito político. Sendo assim, as principais reivindicações dos movimentos sociais voltaram-se para a problematização de questões como gênero, raça e orientação sexual, deixando de lado o aspecto das desigualdades materiais frequentemente discutidos pelo socialismo.

Nesses conflitos políticos, a centralidade do aspecto econômico foi se diluindo frente a uma constante ênfase no tratamento das injustiças estruturadas nos arranjos simbólico-culturais. Podemos observar tais desdobramentos na obra de autores como Charles Taylor e Axel Honneth, que reinterpretem, cada um a seu modo, a categoria do reconhecimento proposta por Hegel. Outro destaque é o debate travado entre Nancy Fraser e Axel Honneth em *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange* (2003). Honneth defende que a luta por reconhecimento é capaz de lidar com as injustiças fundamentais da sociedade contemporânea, enquanto Fraser entende que o reconhecimento, apesar de fundamental, não pode ser entendido isolado da perspectiva redistributiva<sup>2</sup>.

Na tentativa de elaborar uma teoria de justiça bidimensional, Nancy Fraser enfrenta diversos problemas. A polarização em que se encontram os defensores da redistribuição e do reconhecimento constitui-se como um dos principais obstáculos. A complexa tarefa da autora é, portanto, aproximar as duas categorias, uma vez que as injustiças sociais requerem tanto redistribuição quanto reconhecimento<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> FRASER, Nancy ; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. London & New York: Verso, 2003.

<sup>3</sup> FRASER, Nancy. "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a Post-Socialist Age". In: *New Left Review*. London: n. 212, 1995.

No âmbito da filosofia moral, a distinção clássica entre moral e ética dificulta mais ainda essa articulação. De acordo com Fraser, é comum alinhar as reivindicações redistributivas com a moralidade (*Moralität*) kantiana e as demandas de reconhecimento com a ética (*Sittlichkeit*) hegeliana<sup>4</sup>. Embora concorde com a primeira associação, a filósofa defende que o reconhecimento pode e deve ser tratado como uma reivindicação de justiça vinculada à moralidade. Nesse sentido, este artigo pretende discutir a política de reconhecimento enquanto reivindicação de justiça alinhada ao justo, conforme a proposta de Fraser.

No primeiro momento, este trabalho situa os dilemas da integração entre redistribuição e reconhecimento em relação às suas vinculações com a moral e a ética, respectivamente. Logo após, são abordadas as críticas de Nancy Fraser ao modelo de identidade, e a sua contraproposta intitulada “modelo de *status*”. Por fim, discutimos a sua defesa do reconhecimento enquanto reivindicação de justiça vinculada à moralidade.

### **As Vinculações Filosófico-Morais da Redistribuição e do Reconhecimento**

O ponto de partida de Nancy Fraser para a integração das categorias de reconhecimento e distribuição tem como base seu célebre artigo *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age* (1995), no qual ela mostra como o reconhecimento cultural e a igualdade social podem ser articulados numa teoria de justiça bifocal. Para isso, ela utiliza exemplos vinculados ao debate sobre gênero e raça, defendendo que injustiças sexistas e racistas se perpetuam tanto no polo cultural quanto no polo econômico, de tal

---

<sup>4</sup> FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 70, 2007.

forma que negligenciar esse aspecto bidimensional impede o combate efetivo de injustiças.

Em *Reconhecimento sem ética?* (2007), Fraser retoma novamente esse debate enfatizando as discussões filosófico-morais em torno das questões do reconhecimento e redistribuição. A autora compreende que é necessário enfrentar um determinado consenso estabelecido na filosofia moral, em que a redistribuição se relaciona com a moralidade kantiana e o reconhecimento, por sua vez, com a ética hegeliana. Nesse sentido,

Normas de justiça são pensadas como universalmente vinculatórias; elas sustentam-se independentemente do compromisso dos atores com valores específicos. Reivindicações pelo reconhecimento da diferença, ao contrário, são mais restritas. Por envolverem avaliações qualitativas acerca do valor relativo de práticas culturais, características e identidades variadas, elas dependem de horizontes de valor historicamente específicos que não podem ser universalizados (FRASER, 2007, p. 104).

Além disso, redistribuição e reconhecimento relacionam-se diretamente com as posições relativas aos conceitos de “justo” ou “bem”. Os defensores do justo, inspirados na perspectiva deontológica e no liberalismo político, afirmam que as normas de justiça têm prioridade sobre as reivindicações éticas. Do lado contrário, teóricos comunitaristas e teleologistas defendem a perspectiva do bem sobre o justo, criticando a possibilidade de aplicações de normas universalmente vinculatórias. Diante desse antagonismo, “qualquer pessoa que deseje endossar reivindicações dos dois tipos corre o risco de padecer de esquizofrenia filosófica”<sup>5</sup>.

Tendo por base o entendimento de Fraser, não restam dúvidas de que a redistribuição pertence ao campo da moralidade. Ao mesmo tempo ela admite que, em uma avaliação inicial, o reconhecimento coloque indícios de pertencimento ao âmbito da ética. Com isso, Fraser não nega totalmente a

---

<sup>5</sup> FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 70, 2007, p. 105.

vinculação; pelo contrário, entende que em determinados casos, as políticas de reconhecimento irão esbarrar em dilemas éticos. O que deve ser enfrentado, no entanto, é justamente a vinculação prematura do reconhecimento como uma demanda relacionada a dilemas éticos.

Dessa maneira, o principal desafio da filósofa é deslocar as políticas de reconhecimento para o âmbito da moralidade, impedindo ao máximo que elas recaiam sobre avaliações éticas. Para tanto, Nancy Fraser afasta-se do modelo de identidade, levantando os seus problemas e sugerindo, por outra via, uma solução pautada pela “paridade participativa” articulada com um “modelo de *status*”.

### **Modelo de *Status* como Alternativa ao Modelo de Identidade**

A primeira estratégia necessária para trazer as pautas de reconhecimento para o âmbito da moralidade é transgredir o modelo de identidade. Nesse modelo, de acordo com Fraser, existem pelo menos dois impasses centrais. O primeiro deles trata-se de um “problema de deslocamento”, enquanto que o outro é chamado pela autora de “problema de reificação”<sup>6</sup>.

Inicialmente, as lutas por reconhecimento pendem para o deslocamento das demandas de redistribuição, tratando todas as injustiças como oriundas da cultura. Mesmo quando entendem a má distribuição (*maldistribution*) como um problema fundamental, grupos sociais baseados na identidade atribuem ao reconhecimento o caráter de solução final. Portanto, nessa visão, ao eliminar os efeitos do não-reconhecimento (*misrecognition*), a má distribuição também seria resolvida.

De outra maneira, ao tentar elaborar uma identidade coletiva essencializada e homogênea, movimentos sociais estruturados no modelo

---

<sup>6</sup> FRASER, Nancy. “Repensando o reconhecimento”. In: *Revista Enfoques*. Rio de Janeiro: v.9, n.1, 2010.

identitário pressionam a adaptação de seus próprios membros em nome de uma suposta identidade autêntica, provocando assim, a reificação da identidade. Negando as diferenças e lutas de poder internas aos grupos sociais, a política de identidade “aproxima-se muito facilmente de formas repressivas do comunitarismo”<sup>7</sup>. Por isso, mesmo que Fraser tenha consciência da relevância do reconhecimento, não é o modelo de identidade que irá promovê-lo.

Em contrapartida ao modelo de identidade, Fraser defende o reconhecimento nos termos de uma proposta chamada “modelo de *status*”. Aqui, o que deve ser levado em conta não é a auto-afirmação da identidade particular de um grupo, mas os entraves que impossibilitam pessoas de participar como iguais na vida social. Assim sendo, “aquele que sofre de falta de reconhecimento é o sujeito ao qual o *status* de parceiro paritário nas interações sociais é negado”<sup>8</sup>.

Ao invés de tratar o reconhecimento como uma resposta para a desvalorização da identidade do grupo, o modelo de *status* tem como premissa enfrentar as estruturas institucionais que impedem a interação de algumas pessoas como iguais aos demais. Ao privilegiar determinados valores culturais como normais e outros como anormais, as instituições prejudicam a paridade participativa, ocasionando uma subordinação de *status*. Contrariamente, quando as instituições promovem os atores sociais como parceiros, então podemos falar em reconhecimento recíproco e igualdade de *status*<sup>9</sup>.

Entre exemplos citados pela autora estão as leis que proíbem o casamento de pessoas do mesmo sexo, enquanto o casamento heterossexual é permitido e institucionalizado. Outro exemplo é o das mulheres estigmatizadas por serem mães solteiras, colocadas como pessoas irresponsáveis. Nesses casos,

---

<sup>7</sup> FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 70, 2007, p. 107.

<sup>8</sup> BRESSIANI, Nathalie. “Multiculturalismo ou Desconstrução? Reconhecimento em Young e Fraser. In: *Humanidades em diálogo*. São Paulo: v. 1, n. 1, 2007, p. 94.

<sup>9</sup> FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 70, 2007.

fica evidente que as instituições reforçam alguns valores culturais como aceitáveis, ao mesmo tempo em que colocam outros como inaceitáveis. Sendo assim, Fraser afirma que:

As reivindicações por reconhecimento no modelo de *status* procuram tornar o sujeito subordinado um parceiro integral na vida social, capaz de interagir com os outros como um par. Elas objetivam, assim, desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam (FRAER, 2007, p. 109).

Logo, no modelo de *status* são resolvidos diversos problemas do modelo de identidade, uma vez que o primeiro focaliza as consequências oriundas dos padrões institucionalizados de valoração cultural. Além disso, por não essencializar as identidades, enfrenta as dominações internas dos grupos sociais e coloca os sujeitos como pares iguais na participação social. Ao desinstitucionalizar os padrões que impedem a paridade, o modelo de *status* não reifica a cultura e evita a subordinação social.

Por fim, nesse modelo, o reconhecimento afasta-se da vinculação prematura ao campo da ética. Tendo em vista a questão da igualdade de *status*, permitida através da paridade participativa, o modelo de *status* aproxima-se da abordagem deontológica, tornando possível entender o reconhecimento como uma reivindicação de justiça. É a partir dessa aproximação que a autora consegue compatibilizar as demandas de reconhecimento e redistribuição como pertencentes ao domínio do justo sobre o bem, mostrando que é possível alinhar ambas as categorias sem cair na “esquizofrenia filosófica”.

### **Políticas de Reconhecimento como Reivindicações de Justiça**

Depois de apresentar as vantagens do modelo de *status* e a possibilidade de conciliá-lo com a perspectiva teleológica, Nancy Fraser entra novamente na esfera filosófico-moral acerca do reconhecimento. Afinal, as políticas de

reconhecimento são questões de justiça, vinculadas à moral, ou são reivindicações de boa vida, vinculadas à ética?<sup>10</sup> Como resposta, a autora aponta o modelo de *status* inserido em uma concepção de justiça ampliada, que evite ao máximo o direcionamento para o campo da ética.

Antes de sua defesa, Fraser discute as premissas teóricas de Axel Honneth e Charles Taylor, pensadores que retomam a discussão filosófica hegeliana. De acordo com Mendonça, para ambos os pensadores, as lutas sociais buscam a auto-realização dos sujeitos e a consideração de suas respectivas identidades, de forma que os indivíduos obtenham reconhecimento mútuo<sup>11</sup>.

Sobre essas considerações, Nancy Fraser observa um apelo para uma concepção de boa vida sectária e psicologizante. Consequentemente, políticas de reconhecimento guiadas pelo horizonte ético revelam uma série de problemáticas, principalmente porque

Ser falsamente reconhecido, nessa perspectiva, não é apenas ser desmerecido ou desvalorizado nas atitudes conscientes ou crenças dos outros. Significa, ao invés, ter negada a condição de parceiro integral na interação social e ser impedido de participar como um par na vida social, como consequência de padrões institucionalizados de valoração cultural que estabelecem alguém como desmerecedor de respeito e estima (FRASER, 2007, p. 113).

A proposta da autora, por conseguinte, estabelece o reconhecimento como uma questão de justiça. Incorporando as contribuições de Rainer Forst, Nancy Fraser defende as reivindicações por reconhecimento vinculadas moralmente ao pluralismo valorativo, evitando o sectarismo de reivindicações baseadas em uma concepção de boa vida universalmente compartilhada.

A paridade participativa, incorporada pelo modelo de *status*, possui outra vantagem. Quando é reivindicado como uma demanda de justiça, o não-

<sup>10</sup> FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 70, 2007.

<sup>11</sup> MENDONÇA, Ricardo. “Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: n. 29, 2007.



reconhecimento é situado como subordinação de *status*, logo, afasta aspectos ligados à psicologia individual e intersubjetiva. Superar essa concepção é fundamental, tendo em vista que “o não-reconhecimento é uma questão de impedimentos, externamente manifestados e publicamente verificáveis, a que certos indivíduos sejam membros integrais da sociedade”<sup>12</sup>.

Além de combater o sectarismo e a psicologização das políticas de reconhecimento tradicionais, o modelo de *status* alinhado à justiça interdita a ideia de estima social como uma exigência para a auto-realização. Ao contrário de Honneth, que coloca a estima como um dos requisitos para a formação de uma identidade positiva não-distorcida<sup>13</sup>, no modelo de *status*, o que deve ser levado em conta é a possibilidade dos sujeitos terem igual direito de participar da vida social, sem ter que apelar para uma concepção de boa vida.

Outrossim, se padrões culturais institucionalizados fazem com que mulheres, negros e gays não tenham tais oportunidades, recorrer à estima social parece uma solução inadequada, pois a negação de direitos baseada em valorações culturais constitui, antes de tudo, uma grande injustiça.

### Considerações Finais

Neste artigo, foi debatida uma questão filosófica central do projeto de Fraser no tocante à integração das políticas de redistribuição e reconhecimento. Mais especificamente, abordamos o percurso teórico traçado pela filósofa que busca conciliar no âmbito de sua teoria de justiça as categorias de reconhecimento e redistribuição, vinculadas à ética hegeliana e à moral kantiana, respectivamente.

---

<sup>12</sup> FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 70, 2007, p. 114.

<sup>13</sup> MENDONÇA, Ricardo. “Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: n. 29, 2007.

Para tanto, vimos que a autora concorda parcialmente com essas vinculações, no sentido de que as políticas de redistribuição operam diretamente no âmbito da moralidade; e que o reconhecimento, à primeira vista, se apresenta no domínio da ética. Tal aparência inicial não impede que se busque deslocar o reconhecimento para o campo da moralidade. Nessa estratégia, o intuito da autora é demonstrar a possibilidade de demandar reconhecimento alinhado a uma concepção de justiça, distante das formulações do modelo de identidade e do reconhecimento alinhado à boa vida.

Ao contrário do modelo de identidade, marcado pelo deslocamento da redistribuição e pela reificação da cultura, Nancy Fraser defende o modelo de *status*, juntamente com a norma de paridade participativa. Através destes, o que fundamenta o reconhecimento não é a possibilidade de afirmação identitária de sujeitos e coletividades, mas a subordinação social que impede alguns indivíduos e grupos de participar com pares igualitários. Ao invés de focar em aspectos psicológicos e intersubjetivos, como fazem Axel Honneth e Charles Taylor em suas propostas, o que motiva as reivindicações por reconhecimento, de acordo com o modelo de *status*, são as valorações culturais institucionalizadas, que priorizam determinados arranjos em detrimento de outros.

De tal maneira, o percurso de Nancy Fraser em defesa do reconhecimento como uma luta por justiça mostra que, mesmo diante de suas divergências, é realmente possível aliar as políticas de redistribuição e reconhecimento. Mais do que isso, pode-se afirmar que a sua teoria bidimensional de justiça não se constituiu como “esquizofrenia filosófica”.

## Referências

BRESSIANI, Nathalie. Multiculturalismo ou Desconstrução? Reconhecimento em Young e Fraser. *Humanidades em diálogo*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 81-98, nov.

2007. Disponível em: <[usp.br/humanidades/article/view/106097/104736](http://usp.br/humanidades/article/view/106097/104736)>.

Acesso em: 21 mai. 2019.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a Post-Socialist Age. *New Left Review*, London, n. 212, p. 68-93, jul.-ago. 1995.

\_\_\_\_\_. HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. London & New York: Verso, 2003.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <[scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70](http://scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70)>. Acesso em: 21 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Repensando o reconhecimento. *Revista Enfoques*. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 114-128, ago. 2010. Disponível em: <[enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/download/102/94](http://enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/download/102/94)>.

Acesso em: 21 mai. 2019.

MENDONÇA, Ricardo. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 169-185, nov. 2007. Disponível em: <[scielo.br/pdf/rsocp/n29/a12n29](http://scielo.br/pdf/rsocp/n29/a12n29)>. Acesso em: 21 mai. 2019.